

PROJETO F@ROIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA FORMAÇÃO SOCIODIGITAL UTILIZANDO APLICATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DE CURSISTAS DA COMUNIDADE TABUAZEIRO (ES)

Rosane Maria Muñoz
munoz.rosane@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3069478323205848>

Cleyton Santana de Sousa
csantanaes@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9472449456796888>

Vanessa Battestin
vanessa@ifes.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/3807286914973470>

Karina Agueiras Cortat
kcortat@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9263349404455680>

RESUMO

A potencialização de outras aprendizagens nos sujeitos que se apropriam das informações tecnológicas, por meio da exploração dos aplicativos no smartphone torna-se possível às diferentes gerações. O artigo apresenta uma pesquisa realizada a partir do projeto de inclusão sociodigital com a comunidade Tabuazeiro (Vitória/ES), com 32 participantes, com a faixa etária entre 25 e 73 anos, no período de dois meses, por meio de vivências presenciais e online. Tal estudo possibilitou-nos verificar que a metodologia escolhida pelos instrutores, bem como, a troca de compartilhamento de informações/aprendizados durante os encontros provocou maior envolvimento, autonomia e melhora na autoestima dos participantes, sobretudo, na interação intergeracional e no uso de tecnologias, especialmente aplicativos de smartphone.

Palavras-chave: Inclusão sociodigital, aplicativos móveis, tecnologias de aprendizagem.

Introdução

O progresso, dentre as suas nuances, constitui-se no desdobramento de outras posturas/comportamentos na sociedade. Com a revolução tecnológica das últimas décadas, estamos vivenciando momentos de transformações estruturantes para uma era

da tecnologia digital e especialmente a internet como “espaço possível de integração e articulação de todas as pessoas conectadas com tudo que existe no espaço digital, o ciberespaço” (KENSKI, 2012).

Mesmo estando conectados neste ciberespaço, com a potência de uso das redes, das possibilidades a partir da conexão, dos acessos aos mais diversificados serviços online, dos novos meios de produção e gestão de negócios online, os usos desta rede não ocorrem de forma democrática para todos.

O que fica evidenciado é a disparidade social, econômica e financeiras daqueles quem possuem condições materiais de acesso aos recursos tecnológicos e os outros. Estes outros, são aqueles que ainda estão à margem do que a falsa democracia digital apregoa. (PINHO, 2008). Neste sentido, em meio a essa potência de recursos tecnológicos, também se instaura a não inserção dos diversos atores sociais no “mundo digital”, produzindo assim, a exclusão sociodigital como um dos efeitos colaterais da produção das desigualdades no contexto brasileiro.

Além da dificuldade de acesso às tecnologias, há ainda as dificuldades em sua utilização. Conforme cita Prensky (2001), crianças e jovens já nasceram em uma era tecnológica e são nativos digitais, tendo grande facilidade de manuseio e uso dos dispositivos e aplicativos, enquanto os mais velhos estão tendo que aprender a lidar com todas essas transformações, são os imigrantes digitais. Entretanto, para este público, especialmente os mais idosos, aprender a usar as tecnologias é um grande desafio.

Em tempos não tão remotos discutia-se acerca do analfabetismo no Brasil. Atualmente, faz-se necessário articular ações na perspectiva da não produção de “analfabetos digitais”, sobretudo, reconhecendo que somos um país onde o aumento na longevidade já é objeto de estudos nas diferentes áreas acadêmicas, ou seja, permanecemos sujeitos propositivos, com capacidade de apropriar-se de outros conhecimentos, dentre eles, os tecnológicos.

A partir de tais considerações, investir na formação do cidadão, enquanto sujeito de direitos, na condição de agente de transformação social, pode ser o ponto de partida à melhoria da qualidade de vida, sobretudo, das populações de baixa renda e/ou daqueles que buscam maior visibilidade da/na sua produção pessoal-profissional.

Desse modo, no Polo UAB Vitória/ES, espaço institucional que representa a extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), lócus do saber e, conseqüentemente, referência da formação continuada e em serviço, reconhece também o direito da comunidade externa ao acesso na oferta de cursos/oficinas, sobretudo, nas formações do uso as tecnologias digitais.

Desta forma, a partir de uma demanda da Associação de moradores do bairro Tabuazeiro em Vitória – ES encaminhada para o Polo UAB Vitória, foi idealizado um projeto de extensão em parceria com o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) com o título: Inclusão Sociodigital por meio do uso de aplicativos móveis em smartphones. A formação ocorreu entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2019 nas dependências do Polo UAB Vitória e contou, ainda, com participação de acadêmicos do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática do Ifes (EDUCIMAT) como instrutores do curso.

Tal articulação é compreendida a partir dos princípios da inclusão sociodigital: inclusão intermediada pelo viés da democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, difusão no uso de aplicativos no smartphone, correlacionado às transformações sociais, políticas, econômicas e até mesmo transformações culturais dos sujeitos das diferentes faixas etárias.

A proposta foi ancorada numa perspectiva de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos a partir dos escritos de Freire (2009) em sua Pedagogia da Autonomia. Nossa aposta é que, pelo viés de uso de tecnologias, o que o público atendido pela formação possa acessar e utilizar tais ferramentas a partir do desenvolvimento de competências tecnológicas utilizando dispositivos móveis com o intuito de descobrirem novas formas de participar da sociedade do conhecimento (TAKAHASHI, 2000)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, uma das primeiras alternativas inovadoras lançada para compor as bases para inserção do país na era da sociedade da informação foi o Programa Sociedade da Informação idealizado em 1999 por meio do Livro Verde (TAKAHASHI, 2000). Este é um

documento que contém as bases de discussão para um projeto de sociedade da informação no Brasil que começou a ser posto em prática em 2002. Naquele documento, Takahashi (2000) reconhece que pensar a educação na sociedade da informação exige considerar as condições de inclusão e injustiça social, produzindo muitas vezes, a exclusão digital.

Conforme Lemos (2004) e Takahashi (2000), estamos diante de desafios da ordem de inserir um conjunto de pessoas na sociedade da informação para os novos meios de uso das tecnologias a partir de uma proposta de novas formas de organização social ao mesmo tempo que devemos refletir e operacionalizar políticas públicas governamentais para minimizar ou evitar a exclusão tecnológica a partir da introdução das tecnologias na sociedade do conhecimento.

Conforme Lemos (2004), a exclusão digital compreendida não apenas pelos sujeitos que tem acesso à internet, bem como, conhecer pacotes dos programas de software proprietário ou livre, muito menos que estar em contato com os equipamentos a fim de serem meros executores, produzirá a inteligência coletiva, mas sobretudo, que este capital tecnológico seja e esteja à transformação dos capitais sociais, culturais e intelectuais. CASTELLS (2003).

Silveira (2001) afirma que a exclusão digital consiste na falta do acesso à Internet, dos aspectos físicos (computador e telefone) e dos aspectos técnicos (formação básica em software). Este autor salienta que os projetos de inclusão devam focar três elementos não de maneira conflitante, mas interligando-os, são eles: a cidadania (direito de interagir e se comunicar por meio das redes informacionais), a profissionalização (capacitação para a inserção no mercado de trabalho) e a educação (formal e sociocultural). Neste sentido Vygotsky (1984, p. 129) afirma:

O pensamento tem que passar primeiro pelos significados e depois pelas palavras [...] é gerado pela motivação, isto é, pelos nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções [...]. Para compreender a fala outrem não basta entender suas palavras – temos que compreender o seu pensamento.

A partir das considerações de Silveira (2001) Vygotsky (1984), compreende-se que dentre os objetivos do desenvolvimento da competência informacional, o pensamento perpassa pelos seus diversos significados. A importância desse elemento reside em fazer

com que os sujeitos de diferentes faixas etárias, sejam capazes de definir suas necessidades de informação, buscar, acessar e avaliar a informação para depois transformá-la em conhecimento, sobretudo, desenvolver as habilidades e valores para aprender a aprender, de maneira independente e ao longo da vida.

Carneiro e Passos (2014) argumentam acerca de que as tecnologias possibilitam, além dos estudantes do ensino regular, aqueles de classes econômicas menos favorecidas, sobretudo, no direito de aprender a manusear estas ferramentas que fazem parte de diferentes âmbitos da sociedade, colaborando para a constituição de cidadãos.

Dentre as produções acadêmicas relacionadas com o tema inclusão sociodigital, destacamos a pesquisa de Lima et al (2016) que retrata acerca da conectividade digital dos munícipes de Niterói (RJ), bem como, de ações e/ou programas articulados, produzindo assim, tentativas de diminuir a vulnerabilidade social e digital dos excluídos.

Numa questão de territorialidade, dentre as ações desenvolvidas pelo projeto, os autores relatam que foi disponibilizado WI-FI nas praças públicas afim de liberar acesso aos frequentadores do espaço ao estilo das cidades inteligentes que disponibiliza acesso à internet em locais públicos para uso geral dos munícipes. Um segundo objetivo do projeto consistiu na ação pelo Núcleo de Produção Digital (NPD) de Niterói em interconectar a totalidade das escolas da rede pública municipal com internet banda larga, contribuindo assim, para que o segmento educacional fosse contemplado com conectividade a rede mundial de computadores. Todavia, por se tratar de políticas públicas localizada, o estudo mostra que muitos moradores não tem acesso à internet e, portanto, não vivenciarão a cidadania digital (LIMA et al, 2016).

Segundo Crispim (2008) em sua dissertação de mestrado, mapeou as iniciativas de inclusão sociodigital da cidade de Cuiabá (MT). Por meio de um estudo qualitativo exploratório sobre as iniciativas de inclusão sociodigital no município, realizou entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e participantes das iniciativas. Ao todo foram detectas 27 iniciativas categorizadas em cinco grupos: pessoas com deficiência, educação e comunidade, mercado e trabalho, serviços governamentais e entidades de apoio. A pesquisa assinala para a demanda de política pública de inclusão sociodigital no município

que priorize o planejamento participativo em prol de um desenvolvimento mais sustentável e solidário das ações de inclusão.

Segundo as Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel, lançadas pela UNESCO (2014), o uso da tecnologia móvel como o celular, por exemplo, viabiliza o processo de aprendizagem em qualquer lugar, facilitando o acesso imediato da informação possibilitando o compartilhamento do conhecimento.

Portanto, a partir do diálogo com a bibliografia da área e alinhada à proposta de trabalho de formação extensionista visando práticas cidadãs com o uso das tecnologias de informação e comunicação em dispositivos móveis para o desenvolvimento da autonomia dos cursistas atendidos pelo projeto.

PERCURSO METODOLÓGICO

A proposta de trabalho com vistas à demanda articulada junto a Associação de Moradores e o Polo UAB Vitória-ES, tornou-se possível por meio de um projeto de extensão realizado em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR) e o Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (EDUCIMAT) sob orientação de uma professora do programa.

Quanto ao planejamento das oficinas, bem como, a escolha dos conteúdos foi ministrada pelos estudantes Educimat/Ifes, com vistas a potencializar o princípio da autonomia dos sujeitos por meio da inclusão sociodigital, com o uso dos aplicativos no smartphone.

Para reunir os dados da pesquisa, optou-se pela pesquisa de cunho quantitativo porque os dados analisados do trabalho foram de cunho quantitativo quanto qualitativo. Sobre o tipo de pesquisa elegeu-se o estudo caso por possibilitar a análise de uma formação sociodigital como caso único.

De acordo com Gil (2010, p. 37), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias

fontes de evidência, sobretudo, por ser possível descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação. O estudo de caso pode, pois, ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas.

Assim, o curso de inclusão sociodigital foi planejado para ser desenvolvido por meio de oficinas, as quais garantiram práticas metodológicas de interação do conteúdo - conceito, agregado ao trabalho colaborativo de interação/criação na exploração dos aplicativos no smartphone. Os participantes são moradores da comunidade Tabuazeiro e bairros circunvizinhos, com faixa etária dentre 25 a 70 anos, inscritos na Associação Moradores de Bairro, com seus respectivos registros de CPF. Tal integração pedagógica com vistas a garantir a inclusão sociodigital, possibilitou uma formação com a carga horária de 30h, sendo planejadas 24 horas presenciais (com 2 encontros semanais *in loco*) e 6 horas de atividade à distância, coordenado por dois tutores para cada disciplina. Este projeto foi realizado como uma proposta de curso de extensão com as instituições informadas anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A iniciativa em promover a inclusão sociodigital, por meio de oficinas aos sujeitos de idades diferenciadas, muito deles fora do mercado de trabalho e/ou sem oportunidades de participar de outras formações teve a perspectiva de produzir, sobretudo, o aumento da autoestima, enquanto promoção humana, bem como, ampliar as oportunidades de acesso as informações por meio dos artefatos tecnológicos, em especial ao uso do smartphone como meio de acesso a virtualidade.

Para o desenvolvimento das atividades planejadas, os alunos do Educimat utilizaram os recursos disponíveis no Polo UAB Vitória-ES que foram: computador, notebook, projetor e internet. As oficinas foram desenvolvidas pelos mestrandos que trocaram de papéis, ora como instrutores, ora como tutores. As atividades dos cursistas foram monitoradas pelos tutores com a finalidade de garantir o aprendizado de cada participante, numa perspectiva de ações colaborativas dentre o grupo de cursistas.

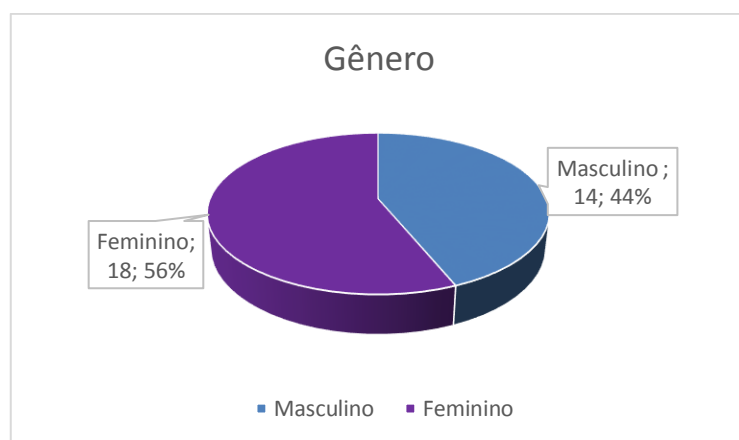
O curso contemplou um tempo de 24 horas de atividades presenciais que cobriram os seguintes itens: uso de ferramentas Google como criação de e-mail, armazenamento de fotos na nuvem, uso do WhatsApp como ferramenta de troca de mensagens, uso do Instagram para publicação de fotos, a utilização do LinkedIn para a produção e socialização de currículo, uso dos sites do governo e comércio eletrônico, navegação e segurança na internet dentre outras significativas aos cursistas.

Dentre as atividades à distância foram planejadas atividades de aplicação dos conceitos de softwares de monitoramento de atividades esportivas, que necessitam de registro de movimentação via GPS, softwares de acesso a Bancos (agências virtuais), configuração de instituições bancárias (cadastro de senha *in loco* na agência bancária do usuário), dentre outros.

Após o término da formação, foi organizado um momento de confraternização onde os participantes receberam certificação do Instituto Federal do Espírito Santo por meio do CEFOR. Neste evento foi exibido um vídeo desenvolvido pela equipe do Polo UAB Vitória com relatos das vivências experienciadas pelos cursistas e que serviu como registro dos resultados do projeto.

A partir das informações registradas pelos cursistas na ficha de inscrição, os dados foram compilados e descrevem o perfil dos participantes de uma amostra de 32 cursistas que finalizaram a formação. Dentre o conjunto de dados destacamos a seguir:

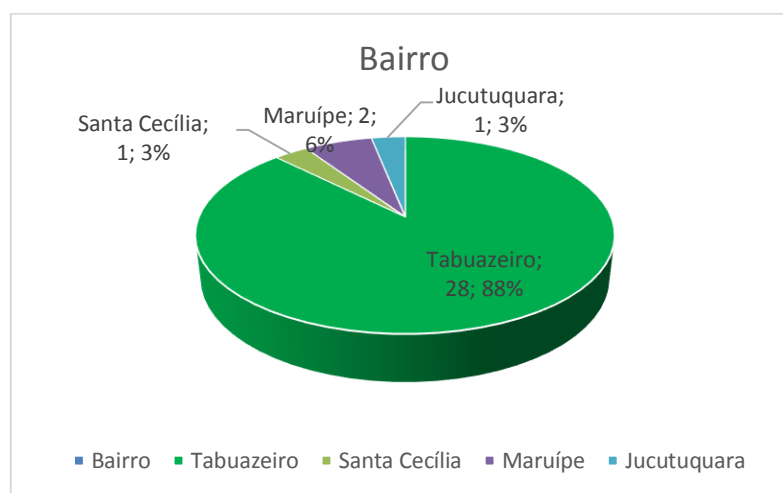
O **gráfico 1** mostra o percentual correspondente ao gênero dos participantes.



Fonte: os autores

Neste universo de participantes, do total de 32 participantes nas duas turmas, o público feminino preponderou com 18 cursistas, totalizando 56% e o público masculino com menor participação 14 cursistas, totalizando 44%.

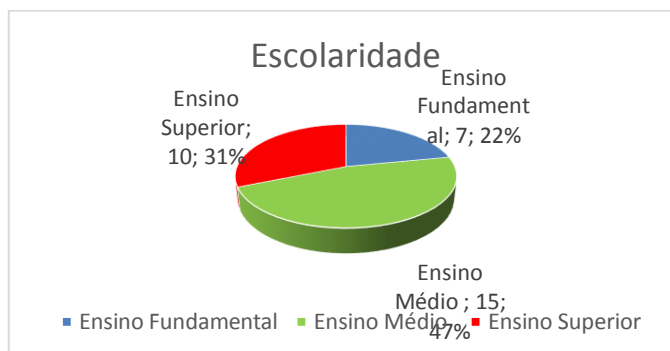
O **Gráfico 2** sinaliza os bairros em que os cursistas residem, os quais são circunvizinhos ao bairro Tabuazeiro, no qual está localizado o Polo UAB Vitória.



Fonte: os autores

Por meio deste gráfico, observa-se que os cursistas residem, em sua grande maioria, no bairro Tabuazeiro, totalizando 28 moradores, com percentual de 88%. O bairro Maruípe foi representado por 02 moradores, apresentando o percentual de 6%. E os bairros circunvizinhos Santa Cecília e Jucutuquara, cada um deles com 01 morador, representando assim o percentual de 3%.

No **Gráfico 3** registramos o nível de escolaridade do público participante:



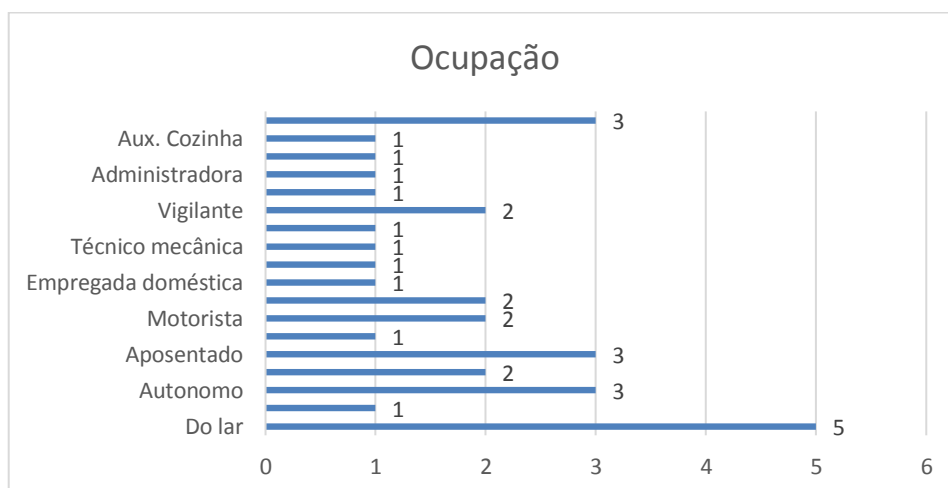
Fonte: os autores

Esclarecemos que a formação acadêmica inicial do cursista não foi objeto de critério para inscrever-se no curso. Todavia, foi condicionado aos interessados a vaga, ter um telefone smartphone com acesso à internet.

Dentre os cursistas conforme a informação prestada, a formação de Ensino Médio se destaca com 15 deles, referendando o percentual de 47%; com formação em Ensino Superior sinaliza-se 10 cursistas, o que vem representar 31% e com Ensino Fundamental 07 cursistas que sinaliza o percentual de 22%.

No **Gráfico 4** reunimos dados acerca da ocupação/profissão que os cursistas assumiam durante o período do curso.

GRÁFICO 4



Fonte: os autores

A partir dos dados no gráfico 4 é possível verificarmos que a ocupação/profissão atual dos cursistas é diversificada, o que nos permite compreender que tal formação atingiu um público com demandas diferenciadas no contexto da sociedade contemporânea. Das participantes, 05 informaram ser do lar, o que representa 16%. Nas ocupações de autônomo e aposentado temos 03 cada um, representando um percentual de 9%. Nas ocupações de funcionário público, motorista, microempresário e vigilante, o gráfico registra 02 cursistas em cada ocupação, sinalizando um percentual de 6%. Nas ocupações de porteira, esteticista, empregada doméstica, auxiliar administrativo, técnico de mecânico, assistente social, assessor de Gabinete, administradora, comerciante e auxiliar de cozinha temos 01 de cada ocupação, o que representa 3% da totalidade de participantes. Por fim,

03 participantes não identificaram a sua atual ocupação, gerando um percentual de 9%. Muito embora, no ato da inscrição ao curso, tenham verbalizado estarem desempregados.

Considerando a pesquisa ser de cunho quanti-qualitativo, registramos alguns fragmentos recolhidos dos cursistas por meio do vídeo, que representam suas impressões, desdobramentos na vida pessoal acerca das vivências no curso de inclusão sociodigital.

ANÁLISE E RESULTADOS

A partir dos depoimentos dos cursistas no final do curso, reunidos no vídeo, dentre alguns questionamentos, buscamos saber acerca de suas impressões sobre as vivências/desdobramentos no acesso aos aplicativos no smartphone:

“Participar desse curso para mim, só foi possível devido a competência desses professores. Eu tenho 69 anos, me considerava jurássica das tecnologias digitais. Eu ainda não havia sido apresentada ao mundo digital. Quando fui para escola fazer o primário, eu tinha um caderno, caneta tinteiro e um potinho com tinta. Hoje eu estou fazendo um curso que eu tenho o mundo na palma da minha mão.” (Cursista 03 – 69 anos)

Tal depoimento nos permite refletir acerca das outras possibilidades a serem potencializadas nos sujeitos, independentemente de sua faixa etária, à medida em que o ambiente de aprendizagem seja facilitador/motivador às descobertas, compartilhando os aprendizados com outros sujeitos que fazem parte desse ambiente.

“Aprendi muitas novidades, sei usar o Instagram, o GPS, me sinto mais alegre pois agora eu me sinto mais forte para interagir com as pessoas, principalmente com os mais jovens que não tem muita paciência para nos ensinar.” (Cursista 12 – 73 anos)

Este depoimento reflete o conflito intergeracional, sobretudo, para os mais jovens que convivem desde bem pequenos com os diferentes artefatos tecnológicos e muito deles, se apropriam das informações de forma intencional para sentirem-se membros de diferentes comunidades virtuais, utilizando-se de linguagens e atributos que nem sempre os sujeitos com idades mais avançadas conhecem ou tão pouco os exploram.

“Maravilhosa! Muito feliz por mim e os outros moradores, pois o Polo empenhou-se em trazer para nós um curso de altíssima qualidade. Eu e o meu marido fizemos o curso. Assim, aquilo que ele ou eu esquecemos, nós nos ensinamos. Precisamos de mais cursos excelentes assim.”
(Cursista 09 – 50 anos)

Há de avaliarmos a importância da interrelação entre comunidade acadêmica e comunidade em geral enquanto formadores de opinião e acesso ao conhecimento. Muito embora reconheça-se que se trata de um curso de extensão, com uma carga horária reduzida, os sujeitos de diferentes ocupações profissionais vivenciaram a troca de aprendizados, compartilharam informações e, sobretudo, tornaram-se propositivos.

“Aprendi a utilizar os aplicativos LINKEDIN, Vitória Online, WhatsApp. Aprendi a gravar áudio, elaborar currículo. A interação da turma foi excelente! Alguns moradores do bairro nem tinha contato, agora inclui no meu Facebook.” (Cursista 18 – 52 anos)

Numa perspectiva de inclusão sociodigital, o depoimento da cursista refere-se à ampliação de elementos informacionais que a mesma se apropriou durante o curso, bem como, a troca de aprendizados junto aos colegas de turma e a professora, produzindo assim, um ambiente qualitativamente favorável ao processo ensino aprendizagem.

Outra proposição aos participantes do vídeo, foi a solicitação para sintetizar numa palavra o sentimento o que o curso representou aos entrevistados, os quais assim definiram:

Felicidade, Inovação, Gratidão, Oportunidade, Conhecimento, Oportunidade única, amor.

Diante de tais fragmentos, torna-se evidente o quanto se faz necessário outras vivências acadêmicas ao público que necessariamente não está matriculado em algum curso formal, em especial, considerando que a sociedade tem o direito de acesso e apropriação dos diferentes conhecimentos.

Ao se sentirem incluídos em uma sociedade midiática, sentem-se competentes ao utilizar as ferramentas tecnológicas com as quais os jovens têm tanta familiaridade, produzindo assim, melhora nas relações interpessoais, muitas das vezes, diminuindo o seu isolamento.

Ter acesso aos artefatos tecnológicos, utilizando-os em benefício próprio enquanto práticas cidadãs, potencializando assim, sua qualidade de vida trata-se de construirmos ações que consolidem políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o projeto pautar-se no princípio da alteridade, numa perspectiva de inclusão sociodigital, compreende-se a criação de dois elementos, o intrínseco, a potencialização da autoestima por meio da melhora da qualidade de vida, e um extrínseco, a apropriação no uso dos aplicativos móveis no smartphone.

O conhecimento básico em conceitos de tecnologia no smartphone, com capacidade para desenvolver as atividades básicas foi objeto de relevância na interação dos cursistas com as atividades propostas, à medida que os pares interagiram e foram ressignificando seus aprendizados/descobertas.

Constituindo-se assim, numa proposta de autonomia dos diferentes sujeitos da comunidade Tabuazeiro, ou seja, a inclusão digital vivenciada pelo viés da inserção e do acesso. Certamente, trata-se de um pequeno contingente de sujeitos contemplados nesta proposta educativa, todavia, trata-se de uma iniciativa com grandes possibilidades de outras articulações com vistas à apropriação às tecnologias.

Neste contexto, o Polo UAB Vitória, na sua representação de espaço que promove movimentos formativos e, sobretudo, emancipatórios, por meio do curso de inclusão sociodigital, possibilitou aos moradores novas práticas de uso e exploração dos aplicativos no smartphone com vistas a qualificar a interação dos cursistas com sujeitos de outras gerações neste cenário social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, R. F.; PASSOS, C. L. B. A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação nas aulas de Matemática: limites e possibilidades. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 8, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A divisão digital numa perspectiva global**. In: “A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

CRISPIM, M. C. (2008). **A Rede de Inclusão Sociodigital de Cuiabá: sustentabilidade, obstáculos e perspectivas**. 2008. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2a Edição ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LIMA, Adriana Neves Barreto et al. INCLUSÃO SOCIODIGITAL E FORMAÇÃO HUMANA: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM NITERÓI. **Revista Aleph**, [S.I.], n. 26, aug. 2016. ISSN 18076211. Disponível em: <<http://www.revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/360>>. Acesso em: 20 abril 2019. Revist Aleph – ISSN 1807-6211 Agosto 2016 Ano XIII – Número 26.

PRENSKY, M. **Digital Native, digital immigrants. Digital Native immigrants**. On the horizon, MCB University Press, Vol. 9, N.5, October, 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **“Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação”**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAKAHASHI, T. (Coordenador). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasil: Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.

UNESCO. **Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel**. 2014. 45p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770>> Acesso em: 28 novembro 2019.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate.**, São Paulo: Ed. SENAC SP, 2006.

SOBRE OS AUTORES:

Rosane Maria Muñoz. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1993), Especialização Psicopedagogia (Saberes), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010) e Especialista em Informática na Educação (IFES/CEFOR). Estatutária no quadro magistério das Prefeituras de Serra e Vitória, atua na função de Coordenadora do Polo UAB Vitória (a partir de 2015). Membro do grupo de pesquisa "Federalismo e Políticas Educacionais – Ufes.

Cleyton Santana de Sousa. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – UFES/ CE/ PPGE. . Especialista em Gerenciamento de Projetos (FUCAPE), bem como em Docência do Ensino Superior (FABRA). Bacharel Sistemas de Informação (CESA). Coordenador de Tutoria (IFES/CEFOR) e professor substituto do IFES – Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Santa Teresa.

Vanessa Battestin. Doutora em Educação (2012), mestre em Informática (2005) e bacharel em Ciência da Computação (2001), todos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É professora titular do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), efetiva desde 2005, lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Atualmente é Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil, professora permanente do Mestrado e Doutorado em Ciências e Educação Matemática (EDUCIMAT) e líder do grupo de pesquisa Educação e Tecnologia. Foi diretora do Cefor de 2014 a 2019, Coordenadora adjunta da Universidade Aberta do Brasil no Ifes (UAB), Coordenadora dos cursos superiores de Informática do Ifes – campus Serra; Coordenadora da Pós-Graduação em Informática na Educação (PIE), Coordenadora de tutoria, Coordenadora de AVA, professora e tutora de cursos à distância do Ifes.

Karina Aguiéiras Cortat. Possui graduação em Tecnologia da Informação e Sistemas de Informação pela Faculdade Vitoriana de Tecnologia (1999). Pós-graduada em Análise de Sistemas. Tem experiência na área de Gerenciamento de projetos desde 2003. Na área acadêmica, atua desde 2004 em escola e universidades como SENAC. ESESP, IEL, UVV e UNISAM. Mestranda do Programa Educimat, do IFES – Instituto Federal do Espírito Santo.